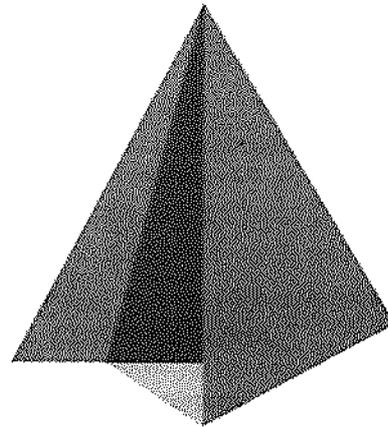




TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE SETE LAGOAS – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ROSÂNGELA ALVES DA SILVA PAIVA



TRT MG

TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989

Data da instalação: 11-4-1990

Data de implantação do PJe: 23-8-2013

Jurisdição: Sete Lagoas, Araçá, Baldim, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Inhaúma, Jequitibá, Paraopeba, Prudente de Moraes, Santana de Pirapama e Santana do Riacho.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 21-5-2018, p. 3/4.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8 horas do dia dezoito de junho de 2018, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Rogério Valle Ferreira**, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Sete Lagoas, situada na Rua José Duarte, nº 760, na forma do artigo 682, XI, da CLT combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pelo MM. Juiz Substituto, Dr. **André Vitor Araújo Chaves**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Fabrizio Cruz Baia; pelos servidores Elizabete de Lima Barbosa Cordeiro, Henrique Luiz Alves Rocha, José Henrique Coelho de Oliveira, Júnia Patrícia de Paula Gravito, Magaly Gonçalves da Paz e Silva, Neusa Cândida da Silva Freitas, Patrícia Regina de Faria Alves, Roberto Martino de Oliveira Paiva, Rodrigo Bruno e Silva de Sousa e Wilson Gonçalves da Silva; pelos estagiários Danilo Eugênio Martins Figueiredo e Maria Clara Sanches de Ávila. Ausente a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Rosângela Alves da Silva Paiva**, em razão de licença médica. Ausente a servidora Natália Marques Bastos Guimarães, em licença maternidade.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 451 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 17-6-2018, apurando-se a média de 4,79 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 55 cartas precatórias até o dia 17-6-2018, das quais 32 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 30 cartas precatórias até o dia 17-6-2018, das quais 19 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 424 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 256 processos foram remetidos no presente ano, até o



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

dia 17-6-2018.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 75 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 16 autos de processos físicos com carga, das quais 9 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Consta 1 autos de processo físico com carga, vencida e cobrada. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 537, processos com perícia designada, contendo laudos periciais anexados incorretamente, e 263 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 58 mandados expedidos em processos físicos e 774 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 11 pendentes de cumprimento em processos físicos e 121 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 12 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 2 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016 e de 38,88% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 38%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 17-6-2018, existem 77 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2018 até 17-6-2018)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	74
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	3
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	624



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	0
Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	384
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	45
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	291

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 2.297 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 2.028 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 258 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- 11 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2018 até 17-6-2018.

No ano de 2017, até dia 22-6, havia 3.360 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 2.318 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 975 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 67 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016 e de 68,91% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 62%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 17-6-2018, existem 29 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 19-6-2018 havia 21 processos:

- procedimento sumaríssimo:** 5 processos;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- b) procedimento ordinário: 2 processos;
- c) instrução: 4 processos;
- d) tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 2 processos.
- e) tentativa de conciliação na fase de execução: 8 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010425/18, 0010426/18, 0010429/18, 0010427/18, 0010428/18, 0010381/15, 0010637/17, 0011726/16, 0011723/16 e 0011457/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011726/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id f4ac43d (mais de 10 dias);
- 0011457/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Evento 39007601 (mais de 30 dias).

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 37 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0010264/18, 0010242/18, 0010241/18, 0010131/18, 0011706/17, 0011700/17, 0011691/17, 0011664/17, 0011661/17, 0011849/17, 0010966/15, 0010041/13, 0011464/17, 0011258/17, 0010039/18, 0010947/17, 0010004/18, 0011025/17, 0011682/17, 0011335/17, 0011604/17, 0011730/17, 0011686/17, 0011388/17, 0011698/17, 0011093/17, 0010025/18, 0010802/15, 0011594/17, 0010232/18, 0010241/16, 0011476/16, 0011044/15, 0010983/17, 0010963/17, 0010831/16, 0011896/15, 0011462/17, 0010354/17, 0010974/17, 0010303/17, 0010165/17, 0010371/17, 0010480/16, 0011357/17, 0010382/17, 0011391/17, 0010748/17, 0010989/17, 0011189/17, 0010903/17, 0010309/17, 0010263/18, 0010124/18, 0010142/18, 0010151/18, 0010074/18, 0010103/18, 0010329/18, 0010236/18, 0010089/18, 0010223/18, 0010406/18, 0010407/18, 0010409/18, 0010885/17, 0010816/17, 0011139/17, 0011103/16 e 0010194/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

- 0011464/17, 0011258/17, 0010039/18, 0010947/17, 0011594/17 e 0010074/18: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0011706/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 49aa657 (mais de 30 dias);
- 0011664/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento –



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- Id c711bb2 (mais de 10 dias) e despacho - Id 970711e (mais de 20 dias);
- 0011661/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id fb6c773 (mais de 30 dias);
 - 0011849/17: excesso de prazo para cumprimento do mandado - Id 8792107 (mais de 30 dias);
 - 0011604/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 5ef68fe (sem movimentação há mais de 30 dias);
 - 0010802/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Evento 39424863 (mais de 10 dias);
 - 0011594/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Evento 39169236 (mais de 30 dias);
 - 0011896/15: excesso de prazo para prolação de sentença - Id 00268e4 (mais de 30 dias) - Dra. Rosângela Alves da Silva Paiva e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Evento 40155682 (mais de 10 dias);
 - 0011462/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 2851482 (mais de 10 dias);
 - 0010354/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 34d9c30 (mais de 30 dias);
 - 0010974/17: excesso de prazo para prolação de sentença - Id 5093f37 (mais de 30 dias) - Dra. Rosângela Alves da Silva Paiva e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 08059c9 (mais de 10 dias);
 - 0010303/17: excesso de prazo para prolação de sentença - Id fd91707 (mais de 30 dias) - Dra. Rosângela Alves da Silva Paiva e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d454379 (mais de 30 dias) e despacho - Id d54cc10 (mais de 10 dias);
 - 0010165/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id af50c97 (mais de 60 dias) e Id 4e82896 (mais de 30 dias);
 - 0010371/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 92a53eb (mais de 10 dias);
 - 0010480/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 13d3866 (mais de 10 dias) e Id 05cba40 (mais de 10 dias);
 - 0011357/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

65bdec6 (mais de 30 dias) e Id 0f03e88 (mais de 30 dias) e cumprimento - Id 424d8b4 (mais de 10 dias);

- 0010382/17: excesso de prazo para prolação de sentença - Id 83f8d00 (mais de 30 dias) - Dra. Rosângela Alves da Silva Paiva e excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 85dcdd6 (mais de 30 dias) e despacho - Id b3686b5 (mais de 20 dias);

- 0010748/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 68f470e (mais de 30 dias) e Id 4fe0c3c (mais de 20 dias) e despacho - Id cd50926 (mais de 60 dias) e Id 011545a (mais de 30 dias);

- 0010989/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 69e61f5 (mais de 30 dias);

- 0011189/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 148fb47 (mais de 30 dias) e excesso de prazo para cumprimento do mandado – Id 33f10f9 (mais de 30 dias);

- 0010903/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f865abb (mais de 100 dias) e Id 0c3eb15 (mais de 20 dias);

- 0010309/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 09e0949 (mais de 60 dias) e excesso de prazo para cumprimento do mandado – Id 76d51ee (mais de 30 dias);

- 0010124/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 55666b7 (mais de 10 dias);

- 0010142/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b6a50d2 (mais de 20 dias);

- 0010151/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b2c8ec1 (mais de 20 dias);

- 0010223/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id bc84c07 (mais de 10 dias);

- 0010816/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id b6d9ca6 (sem movimentação há mais de 20 dias);

- 0011139/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 2ddc1e8 (mais de 20 dias);

- 0011103/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id ec85d71 (sem movimentação há mais de 30 dias).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Recomenda-se aos MM. juizes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	25	32	24
Procedimento Ordinário	69	110	69
Instrução processo físico	1.095	1.366	-
Instrução processo eletrônico	141	227	249

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	14	35	11/07/2018 – 16 dias úteis
Procedimento Ordinário	126	64	11/07/2018 – 16 dias úteis
Instrução	348	420	05/06/2019 – 219 dias úteis

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2018 até 17-6-2018)

a) Conhecimento:

(fonte: e-Gestão)

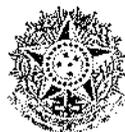


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	310	24,87
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	188	69,16
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	353	53,91
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	331	458,9
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	379	77,36
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	378	523,19

b) Fase de Liquidação (de 1º-1-2018 até 17-6-2018)
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 359)	1	2.969
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 90359)	38	198,78
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	1	5.013
Do início ao encerramento da liquidação – exceto	59	267,13



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

procedimento sumaríssimo (item 90371)		
---------------------------------------	--	--

c) Fase de execução (de 1º-1-2018 até 17-6-2018)
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	338	2550,41
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	116	613,2
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	2	1.283
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	1	605

No ano 2017, apurou-se que, em 220 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2017	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.192	5,41
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	155	0,70
Decisões na fase de execução	52	0,23
Total	1.399	6,35

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em maio de 2018, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	5	0,23
Conciliação em execução	90	4,28



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Encerramento de instrução	3	0,14
Inicial	23	1,09
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	4	0,19
Instrução	57	2,71
Instrução (rito sumaríssimo)	1	0,04
Una	1	0,04
Una (rito sumaríssimo)	60	2,85
Total	241	11,47

Obs.: as audiências de Encerramento de Instrução não estão inclusas no total mensal.

No mês de maio de 2018, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 77 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 27 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 42 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara magistrada que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 250 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2016	2017
Processos recebidos	1.721	1.658
Média por dia útil	7,78	7,53
Processos remanescentes do ano anterior	1.020	1.223
Sentenças anuladas	6	7
Total de processos para solução	2.747	2.888
Processos solucionados	1.532	1.811
Processos conciliados	518	619
Produção	55,77%	62,70%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 3,66% em relação ao número de processos recebidos no ano 2016. Quanto à produção, verificou-se que em 2017 houve um aumento de 6,93%.

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Perfil da Vara do Trabalho		Se	
Indicadores / Período de referência	Ano 2017 01/01/2017 a 31/12/2017	1º trim 2018 01/04/2017 a 31/03/2018	
1 – Antiguidade (dias corridos)	1.927,48	1.951,63	
2 – Pendentes (processos)	5.357	4.893	
3 – Prazo (dias corridos)	1.958,89	2.053,10	
4 – Taxa de conciliação (%)	34,16	35,51	
Micro 5 – Taxa de solução (%)	110,64	121,51	
6 – TC Conhecimento (%)	45,03	39,65	
7 – TC Liquidação (%)	30,45	28,53	
8 – TC Execução (%)	64,23	56,45	
9 – TC Incidentes (%)	22,16	21,85	
Meso 1 – Acervo	0,80	0,75	
2 – Celeridade	1,00	1,00	
3 – Produção	0,53	0,36	
4 – Represamento processual	0,54	0,47	
Macro Índice de Produtividade	0,97	0,88	
MGD	0,93	0,85	
Posição MGD	154	146	
Força de trabalho	0,95	0,94	
Movimentação processual	1.501 a 2.000		



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.299.606,64	R\$129.503,45

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/1999, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 1/2000, que trata de carga para xerox; 1/2009, que dispõe sobre intimação via DEJT; 1/2011, que regulamenta os procedimentos necessários à implantação da CNDT de lançamentos de dados no BNDT e a 1/2012, que complementa a Portaria 1/2011.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 29 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 131, de 2017.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades, sendo uma cópia entregue ao Secretário da Vara nesta data.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) cumprida pelo (a) magistrado (a) a determinação do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, para manter afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

I, do CPC;

3) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf

5) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

6) realizada redução do prazo de designação de audiências de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2017:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf

4) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

5) realizada redução do prazo de designação de audiências de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2017, quando a Meta era “julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 123,34% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 112,47%.

No ano de 2018, até o dia 30-4, o percentual alcançado foi de 205,31%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 141,67%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau.

Em 2017, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-17, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-15”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,41% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,44%.

No ano de 2018, até o dia 30-4, o percentual alcançado foi de 91,04%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,74%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2017, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 79,44% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 86,79%.

No ano de 2018, até o dia 30-4, o percentual alcançado foi de 41,92%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,24%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 92% do total de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

casos novos de execução no período.

Em 2017, quando a Meta era “baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,52% de cumprimento da meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 102,38%

No ano de 2018, até o dia 30-4, o percentual alcançado foi de 324,01%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 105,63%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau.

Em 2017, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 100,34%

No ano de 2018, até o dia 30-4, o percentual alcançado foi de 85,03%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,19%.

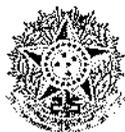
Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo (TMDP1c): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%).

Em 2017, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 240 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 170 dias. Esta unidade organizacional atingiu o percentual de 163,15% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 115,43%.

No ano de 2018, até o dia 30-4, o tempo médio alcançado foi de 300,47 dias, sendo o resultado para o mesmo período 207,41 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

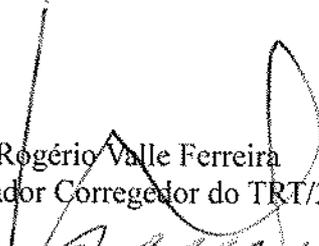
14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11 horas do dia dezoito de junho de 2018, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.


Rogério Valle Ferreira
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região


André Vitor Araújo Chaves
Juiz do Trabalho Substituto


Fabrizio Cruz Baia
Secretário da Vara do Trabalho